BOA PROVA

NOME:

1) De acordo com o Art 293 do Código Penal, Falsificar, fabricando ou alterando vale postal; bilhete, passe ou conhecimento de empresa de transporte administrada pela União, por Estado ou Munício, concorre a pena de:
   a) Detenção de 2 a 8 meses, ou multa.
   b) Reclusão de 2 a 4 anos e multa.
   c) Detenção de 2 a 8 anos, e multa.
   d) Reclusão de 2 a 8 anos, e multa.
   e) Reclusão de 2 a 4 anos, e multa se o bilhete for de empresa de transporte da União.

2) Sobre o Art 299 do Código Penal que diz: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, responda:

a) A pena para esse caso é de reclusão, de um a cinco anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 a 3 anos e multa se o documento é particular.
b) Nesse caso, se o agente é funcionário publico e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena em terça parte.
c) A pena para esse caso é de detenção, de um a cinco anos ou multa, se o documento é público, e reclusão de 1 a 3 anos e multa se o documento é particular.
d) Nesse caso, se o agente é funcionário publico e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de 1 a 2 anos.
e) A pena para esse caso é de reclusão, de um a cinco anos ou multa, se o documento é público, e reclusão de 1 a 4 anos e multa se o documento é particular.

3) A respeito do Art 311-A, Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de concurso publico, a pena é:
   a) Reclusão de 1 a 4 anos ou multa.
   b) Reclusão de 1 a 4 anos e multa.
   c) Reclusão de 2 a 4 anos e multa.
   d) Reclusão de 2 a 4 anos ou multa.
   e) Detenção de 2 a 4 anos e multa.

4) Joãozinho estava trabalhando no Fórum de São José dos Pinhais, quando recebeu R$100,00 , quando na verdade era para receber R$ 50,00. Joãozinho, sabendo do erro, não o devolveu, pelo contrário, apropriou-se desse bem. Se descoberto, Joãozinho pode ter uma pena de:
   a) Reclusão, de um a quatro anos, e multa, pois cometeu o crime de peculato por erro de outrem.
   b) Reclusão, de dois a quatro anos, e multa, pois cometeu o crime de peculato por erro de outrem.
   c) Reclusão, de três a seis anos, e multa, pois cometeu o crime de peculato por erro de outrem.
   d) Detenção de dois a oito meses, ou multa, pois cometeu o crime de peculato culposo.
   e) Reclusão, de dois a quatro anos, e multa, pois cometeu o crime de peculato culposo.

5) Zé do Bigode, policial militar, ao parar um carro para fiscalização, verifica diversas irregularidades, entre elas, falta de extintor de incêndio. Ao verificar que a motorista, Elizabete Rosa, era muito bonita, ficou com dó e a deixou passar no bloqueio sem aplicar a multa devida. Com qual pena Zé do Bigode pode ser punido se for verificado que ele a deixou passar:
   a) Não será punido, pois o oficial tem o poder de decidir quando irá punir a pessoa.
   b) Reclusão de um a dois anos ou multa, pois o oficial cometeu um crime de peculato doloso.
   c) Detenção de três meses a nove meses e multa, pois o oficial cometeu um crime de prevaricação.
   d) Detenção de um a dois anos ou multa, pois o oficial cometeu um crime de prevaricação.
   e) Detenção de três meses a um ano, e multa, pois o oficial cometeu um crime de prevaricação.

6) De acordo com o Art. 344, somente cometerá infração aquele que:

a) Usar de violência ou grave ameaça, como meio de legítima defesa, para defender seu interesse ou alheio.
b) Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial, ou em juízo arbitral.
c) Fazer justiça pelas próprias mãos por legítima defesa ou em favor de outrem, contra autorizado, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial, ou em juízo arbitral.
d) Intervir em processo judicial, policial ou juízo arbitral, utilizando-se de escusas fúteis.
e) Usar de violência ou grave ameaça, a fim de conseguir informações por motivo fútil ou de interesse próprio.

7) Considerando que certa pessoa ofereceu dinheiro para uma testemunha a fim de conseguir vantagem, negar ou calar a verdade ou falso testemunho em dado depoimento, pode-se considerar que esta pessoa

a) Infringiu o Art. 343, estando suscetível a pena de detenção e multa por tentar obter vantagem de maneira viciosa.
b) Não infringiu lei alguma, estando dentro das margens da legalidade.
c) Infringiu o Art. 343, estando suscetível a pena de reclusão, de três a quatro anos, além de multa.
d) Não infringiu nenhuma lei, porém, pode estar suscetível a ser denunciada por obrigar ou convencer alguém a negar ou calar a verdade, dar falso testemunho em juízo.
e) Infringiu o Art. 343, sendo obrigado a pagar multa que aumenta de um sexto a um terço, caso o crime for cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal ou processo civil.

8) De acordo com o Art. 307, cometerá o crime aquele que

a) Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem.
b) Apropriar-se de identidade alheia, a fim de obter vantagem própria, para causar dano a outrem.
c) Armazenar identidade falsa ou comercializá-la.
d) Utilizar ou atribuir a alguém identidade com mais de 10 anos de expedição, em proveito próprio ou alheio.
e) Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, identidade falsa ou documentos pessoais de outrem.

9) Ricardão é funcionário público e decide se apropriar do veículo pertencente à instituição em que trabalha e que utiliza todos os dias. Ele decide usar o mesmo para

resolver assuntos particulares e usar como transporte para a família, se apropriando do mesmo. Ricardão então

a) Apropriou-se de valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio sem a devida autorização da chefia, infringindo então o Art. 312 do Código Penal, aonde a conduta adotada é pena de detenção, dois a doze anos, e multa.
b) Apropriou-se de valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio infringindo então o Art. 312 do Código Penal, aonde a conduta adotada é pena de reclusão, dois a doze anos, e multa.
c) Apropriou-se temporariamente de um bem público, sem lucrar em nada com o mesmo. Infringirá o Art. 312 somente se vender o veículo e ficar com o valor adquirido.
d) Não cometeu nenhuma infração, tendo sua atitude sido correta e prevista em lei.
e) Apropriou-se de valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, infringindo então o Art. 312 do Código Penal, aonde a conduta adotada é a aplicação de multa baseada no valor do item público apropriado.

10) Henrique Pizzolato é um político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), ex-diretor do Banco do Brasil, Pizzolato foi denunciado em 2005 e foi condenado por corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro como réu no processo no caso do mensalão. Ele tornou-se foragido da Justiça Brasileira e passou a ser procurado internacionalmente pela Polícia Federal do Brasil e pela Interpol. Conseguiu fugir para a Itália usando o nome do irmão, morto em 1978 aos 24 anos, falsificando todos seus documentos; tais como: RG, CPF, Título de Eleitor e Passaporte.
De acordo com o Código Penal

a) Pizzolato infringiu o Art. 308 ao usar, como próprio, passaporte ou qualquer outro documento de identidade, que não o seu, sem informar ao posto de imigração do aeroporto ou comunicar ao IIRGD (Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt)
b) Pizzolato não cometeu nenhuma infração, dado que seu irmão já se encontrava morto quando se apossou dos documentos do mesmo, não havendo qualquer ilegalidade nessa ação.
c) Pizzolato infringiu o Art. 308 ao usar, como próprio, passaporte ou qualquer outro documento de identidade alheia para uso próprio.
d) Pizzolato não infringiu nenhum artigo, por estar fora do país durante a descoberta do acontecimento.
e) Pizzolato infringiu o Art. 308 ao usar, como próprio, passaporte ou qualquer outro documento de identidade alheia para uso próprio. Devendo pagar multa por ter se apropriado de documento e não pago as devidas taxas para validá-lo em território Nacional.

11) Falsificar no todo ou em parte a Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita, comete qual crime?

a) Falsificação de documento público.
b) Falsificação do selo ou sinal público.
c) Falsidade ideológica.
d) Falsificação de papéis públicos.
e) Falsificação de documento particular.

12) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:
a) Advocacia administrativa;
b) Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado;
c) Prevaricação;
d) Excesso de exação;
e) Condescendência criminosa.

13) O que é Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência?
a) Subtrair, ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público.
b) Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem.
c) Rasgar ou, de qualquer forma, inutilizar ou conspurcar edital afixado por ordem de funcionário público; violar ou inutilizar selo ou sinal empregado, por determinação legal ou por ordem de funcionário público, para identificar ou cerrar qualquer objeto.
d) Importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria.
e) Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

14) Quando o funcionário público exige imposto além da quantia efetivamente devida, comete o crime de
a) peculato na forma culposa.
b) emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
c) corrupção passiva.
d) excesso de exação, modalidade da concussão.
e) corrupção ativa.

15) O peculato é um crime contra a
a) falsidade de títulos e outros papéis públicos
b) a administração pública
c) a fé pública
d) a administração da justiça.
e) a administração em geral.

Questões elaboradas por **Marcos Gomes Lino, Eric Viana e Ana Zecchin**, é extremamente vedada a venda ou reprodução sem autorização prévia.
Art. 184 Código Penal - Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.